

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº     , DE 2010**  
**(Do Sr. SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO e outros)**

Dá à justiça estadual competência para julgar as causas envolvendo interesse de crianças, ainda que fundadas em tratado internacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art.1º.** O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 109 .....

§ 6º. Serão processadas e julgadas na justiça estadual, perante as varas de família ou equivalentes, as causas envolvendo interesse de crianças, ainda que fundadas em tratado internacional."

**Art.2º.** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo dados da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República e divulgados em abril de 2010, pela revista Época, de

2003 a 2009 o governo brasileiro atuou em trezentos e quarenta e um casos de suspeitas de seqüestros de crianças e adolescentes.

Recentemente a imprensa divulgou a história do menino Sean Goldman, cuja guarda foi disputada pelo pai biológico, cidadão americano residente nos Estados Unidos, e pelo padrasto, brasileiro aqui domiciliado. Outro caso também envolvendo uma criança brasileira, se deu em Minas Gerais com a jogadora de vôlei Hilma que foi acusada de seqüestro internacional pelo pai da criança que também reside nos Estados Unidos, além de vários casos envolvendo pais e mães vivendo na Europa ou no Oriente Médio e que tiveram significativa repercussão e envolveu a aplicação das legislações brasileira e internacionais, como tratados e convenções. No caso do menino Sean, a 16ª Vara Cível Federal do Rio de Janeiro, decidiu a guarda da criança no sentido da mesma ser entregue ao pai biológico, após longa e estrepitosa batalha judicial.

O objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição é permitir que os casos envolvendo interesses de crianças, quando fundados em tratados internacionais, sejam excepcionalmente julgados pelas varas de família da Justiça Estadual, que são órgãos especializados no tema e não pelas varas cíveis da Justiça Federal. A toda evidência, as primeiras acham-se muito melhor aparelhadas para lidar com as delicadas questões envolvidas em casos semelhantes, contando com profissionais mais habilitados e já familiarizados com o assunto. Essa especialização, como também a experiência acumulada pelos Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Advogados e serventuários das varas de família, permitirá prestar melhor assistência ao menor, garantindo que a decisão final atenda acima de tudo aos interesses da criança, contribuindo para o seu bem-estar.

Procuramos, com esta iniciativa, corroborar o espírito da Constituição de 1988 que, de forma veemente, determina a proteção da infância e da juventude, sendo dever “da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CF, art. 227).

Cientes da relevância da matéria, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2010.

Deputado **SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO**